



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

X LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2005-2006)

### **Sessão Solene da Tomada de Posse de S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva**

**REUNIÃO PLENÁRIA DE 9 DE MARÇO DE 2006**

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. Jaime José Matos da Gama

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. Maria Celeste Lopes da Silva Correia  
Fernando Santos Pereira  
Artur Jorge da Silva Machado  
Abel Lima Baptista

## SUMÁRIO

O Presidente da Assembleia da República declarou aberta a sessão às 9 horas, interrompendo-a para receber o Presidente da República eleito, o Presidente da República e entidades convidadas.

Às 10 horas entrou na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Presidente da República, Jorge Sampaio, o Presidente da Assembleia da República, o Presidente da República eleito, Aníbal Cavaco Silva, o Primeiro-Ministro, os Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, os Secretários da Mesa, a Secretária-Geral da Assembleia da República, o Chefe e os Secretários do Protocolo do Estado.

Na Sala encontravam-se já, além dos Deputados e Ministros, as comitivas do Presidente da República e do Presidente da República eleito, o Procurador-Geral da República, os Presidentes do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal de Contas, os Representantes da República para os Açores e para a Madeira, o Provedor de Justiça, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, o Presidente do CDS-PP, os Presidentes das Assembleias e dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira, o Presidente do Conselho Económico e Social, os Conselheiros de Estado, os Chefes

dos Estados-Maiores dos três ramos das Forças Armadas, o Vice-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, os Juizes Conselheiros do Tribunal Constitucional, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, a Governadora Civil de Lisboa, o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Director Nacional da Polícia de Segurança Pública e o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana.

Encontravam-se ainda presentes: na Tribuna A, a Senhora de Jorge Sampaio, a Senhora de Jaime Gama, a Senhora de Cavaco Silva, o Cardeal Patriarca de Lisboa, os anteriores Presidentes da República, Ramalho Eanes e Mário Soares, e respectivas Senhoras, os anteriores Presidentes da Assembleia da República, Francisco Oliveira Dias, e Senhora, Barbosa de Melo, Vítor Crespo e Almeida Santos, os anteriores Primeiros-Ministros Pinto Balsemão e Santana Lopes, e Senhoras dos Chefes de Estado estrangeiros convidados; na Tribuna B, os chefes da delegações estrangeiras convidadas e suas comitivas; na Galeria I, o Corpo Diplomático; na Galeria III, os Secretários de Estado, os Eurodeputados, o Presidente da Comissão Nacional de Eleições, o Presidente da Comissão Nacional de Dados, o Presidente da Comissão de Acesso aos Documentos Admi-

nistrativos, o Presidente do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, o Presidente da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, o 2.º Comandante Naval, o Governador Militar de Lisboa, o Comandante do Comando Operacional da Força Aérea, o Comandante do Comando Operacional das Forças Terrestres, o representante da Associação dos ex-Deputados da Assembleia da República, antigos Secretários-Gerais da Assembleia da República, os Directores do Gabinete do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia, os Corpos Directivos da Associação dos ex-Deputados da Assembleia da República e outras individualidades; na Tribuna D, os representantes dos órgãos da comunicação social; na Galerias II, os familiares e convidados especiais do Presi-

dente da República e alguns representantes dos órgãos da comunicação social; nas Galerias IV a VI, os demais convidados.

Formou-se então a Mesa, com o Presidente da República à direita e o Presidente da República eleito à esquerda do Presidente da Assembleia da República.

Seguiu-se a leitura da acta da reunião da assembleia de apuramento geral da eleição do Presidente da República, a declaração de compromisso e a assinatura do acto de posse, após o que produziu intervenção o Presidente da Assembleia da República e usou da palavra, nos termos constitucionais, o Presidente da República.

Eram 11 horas e 35 minutos quando a sessão foi encerrada.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, está aberta a nossa reunião de hoje, na qual terá lugar a posse do Presidente da República. A abertura da sessão é apenas uma formalidade, visto que teremos de interromper imediatamente os trabalhos até iniciarmos a cerimónia que se vai seguir.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, declaro interrompidos os trabalhos.

*Eram 9 horas.*

*Srs. Deputados presentes à sessão:*

Partido Socialista (PS):

Agostinho Moreira Gonçalves  
Alberto Arons Braga de Carvalho  
Alberto Marques Antunes  
Alberto de Sousa Martins  
Alcídia Maria Cruz Sousa de Oliveira Lopes  
Aldemira Maria Cabanita do Nascimento Bispo Pinho  
Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes  
Ana Maria Ribeiro Gomes do Couto  
António Alves Marques Júnior  
António Bento da Silva Galamba  
António José Ceia da Silva  
António José Martins Seguro  
António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino  
António Ramos Preto  
António Ribeiro Gameiro  
Armando França Rodrigues Alves  
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho  
Carlos Alberto David dos Santos Lopes  
Cláudia Isabel Patrício do Couto Vieira  
David Martins  
Deolinda Isabel da Costa Coutinho  
Elísio da Costa Amorim  
Fernanda Maria Pereira Asseiceira  
Fernando Manuel de Jesus  
Fernando dos Santos Cabral  
Glória Maria da Silva Araújo  
Horácio André Antunes  
Hugo Miguel Guerreiro Nunes  
Isabel Maria Batalha Vigia Polaco de Almeida  
Isabel Maria Pinto Nunes Jorge  
Jaime José Matos da Gama  
Joana Fernanda Ferreira Lima  
Joaquim Augusto Nunes Pina Moura  
Joaquim Barbosa Ferreira Couto  
Joaquim Ventura Leite  
Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão  
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro  
Jorge Manuel Monteiro de Almeida  
Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho  
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro  
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego  
José Augusto Clemente de Carvalho  
José Carlos Bravo Nico  
José Carlos Correia Mota de Andrade  
José Eduardo Vera Cruz Jardim  
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida  
Jovita de Fátima Romano Ladeira  
João Barroso Soares  
João Cardona Gomes Cravinho  
João Cândido da Rocha Bernardo  
João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano  
João Raul Henriques Sousa Moura Portugal

Júlio Francisco Miranda Calha  
Leonor Coutinho Pereira dos Santos  
Luiz Manuel Fagundes Duarte  
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal  
Luís António Pita Ameixa  
Luís Garcia Braga da Cruz  
Luís Miguel Morgado Laranjeiro  
Luísa Maria Neves Salgueiro  
Lúcio Maia Ferreira  
Manuel Alegre de Melo Duarte  
Manuel António Gonçalves Mota da Silva  
Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro  
Manuel Luís Gomes Vaz  
Manuel Maria Ferreira Carrilho  
Marcos Sá Rodrigues  
Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos  
Maria Antónia Moreno Areias de Almeida Santos  
Maria Celeste Lopes da Silva Correia  
Maria Cidália Bastos Faustino  
Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa  
Maria Helena Terra de Oliveira Ferreira Dinis  
Maria Helena da Silva Ferreira Rodrigues  
Maria Hortense Nunes Martins  
Maria Irene Marques Veloso  
Maria Isabel Coelho Santos  
Maria Jesuína Carrilho Bernardo  
Maria José Guerra Gambôa Campos  
Maria Júlia Gomes Henriques Caré  
Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo  
Maria Matilde Pessoa de Magalhães Figueiredo de Sousa Franco  
Maria Odete da Conceição João  
Maria Teresa Alegre de Melo Duarte Portugal  
Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento Diniz  
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina  
Maria de Fátima Oliveira Pimenta  
Maria de Lurdes Ruivo  
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro  
Maximiano Alberto Rodrigues Martins  
Miguel João Pisoeiro de Freitas  
Nelson Madeira Baltazar  
Nuno André Araújo dos Santos Reis e Sá  
Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão  
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro  
Paula Cristina Barros Teixeira Santos  
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte  
Pedro Manuel Farmhouse Simões Alberto  
Pedro Nuno de Oliveira Santos  
Renato Luís Pereira Leal  
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio  
Ricardo Jorge Teixeira de Freitas  
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves  
Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues  
Rita Susana da Silva Guimarães Neves  
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz  
Rosalina Maria Barbosa Martins  
Rui do Nascimento Rabaça Vieira  
Sandra Marisa dos Santos Martins Catarino da Costa  
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos  
Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes  
Telma Catarina Dias Madaleno  
Teresa Maria Neto Venda  
Vasco Seixas Duarte Franco  
Victor Manuel Bento Baptista

Vitalino José Ferreira Prova Canas  
Vitor Manuel Sampaio Caetano Ramalho  
Vitor Manuel Pinheiro Pereira

Partido Social Democrata (PSD):

Adão José Fonseca Silva  
Agostinho Correia Branquinho  
Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso  
António Alfredo Delgado da Silva Preto  
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado  
António Joaquim Almeida Henriques  
António Paulo Martins Pereira Coelho  
António Ribeiro Cristóvão  
Arménio dos Santos  
Carlos Alberto Garcia Poço  
Carlos Alberto Silva Gonçalves  
Carlos António Páscoa Gonçalves  
Carlos Jorge Martins Pereira  
Carlos Manuel de Andrade Miranda  
Domingos Duarte Lima  
Emídio Guerreiro  
Feliciano José Barreiras Duarte  
Fernando Mimoso Negrão  
Fernando Santos Pereira  
Fernando dos Santos Antunes  
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva  
Henrique José Praia da Rocha de Freitas  
Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves  
Hugo José Teixeira Velosa  
Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte  
Joaquim Virgílio Leite Almeida Costa  
Jorge Fernando Magalhães da Costa  
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto  
Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva  
Jorge Tadeu Correia Franco Morgado  
José António Freire Antunes  
José Eduardo Rego Mendes Martins  
José Luís Fazenda Arnaut Duarte  
José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro  
José Manuel Pereira da Costa  
José Manuel de Matos Correia  
José Mendes Bota  
José Pedro Correia de Aguiar Branco  
José Raúl Guerreiro Mendes dos Santos  
José de Almeida Cesário  
João Bosco Soares Mota Amaral  
Luís Filipe Alexandre Rodrigues  
Luís Filipe Carloto Marques  
Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves  
Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes  
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes  
Luís Miguel Pais Antunes  
Luís Miguel Pereira de Almeida  
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira  
Manuel Filipe Correia de Jesus  
Manuel Joaquim Dias Loureiro  
Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida  
Maria Helena Passos Rosa Lopes da Costa  
Maria Irene Martins Baptista Silva  
Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro  
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas  
Melchior Ribeiro Pereira Moreira

Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva  
Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas  
Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz  
Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho  
Mário Henrique de Almeida Santos David  
Mário Patinha Antão  
Mário da Silva Coutinho Albuquerque  
Nuno Maria de Figueiredo Cabral da Câmara Pereira  
Paulo Artur dos Santos Castro de Campos Rangel  
Pedro Augusto Cunha Pinto  
Pedro Quartim Graça Simão José  
Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos  
Ricardo Jorge Olímpio Martins  
Rui Manuel Lobo Gomes da Silva  
Sérgio André da Costa Vieira  
Vasco Manuel Henriques Cunha  
Zita Maria de Seabra Roseiro

Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes  
António Filipe Gaião Rodrigues  
Artur Jorge da Silva Machado  
Bernardino José Torrão Soares  
Francisco José de Almeida Lopes  
Jerónimo Carvalho de Sousa  
José Batista Mestre Soeiro  
José Honório Faria Gonçalves Novo  
João Guilherme Ramos Rosa de Oliveira  
Maria Luísa Raimundo Mesquita  
Maria Odete dos Santos  
Miguel Tiago Crispim Rosado

Partido Popular (CDS-PP):

Abel Lima Baptista  
António Carlos Bivar Branco de Penha Monteiro  
António de Magalhães Pires de Lima  
Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio  
José Helder do Amaral  
João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo  
João Nuno Lacerda Teixeira de Melo  
Luís Pedro Russo da Mota Soares  
Nuno Miguel Miranda de Magalhães  
Paulo Sacadura Cabral Portas  
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia  
Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro

Bloco de Esquerda (BE):

Alda Maria Gonçalves Pereira Macedo  
Ana Isabel Drago Lobato  
Fernando José Mendes Rosas  
Francisco Anacleto Louçã  
Helena Maria Moura Pinto  
João Pedro Furtado da Cunha Semedo  
Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda  
Mariana Rosa Aiveca Ferreira

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes  
Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

*Eram 10 horas.*

A Sr. Secretária da Mesa vai proceder à leitura da acta da reunião da assembleia de apuramento geral da eleição do Presidente da República.

*A Sr.ª Secretária (Celeste Correia) procedeu à leitura da acta, que é do seguinte teor:*

Acta da reunião da assembleia de apuramento geral da eleição do Presidente da República

Aos trinta dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e seis, pelas nove horas, nesta cidade de Lisboa e no palácio Ratton, sede do Tribunal Constitucional, reuniu, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 105.º a 110.º do Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de Maio, a assembleia de apuramento geral da eleição do Presidente da República, sob a presidência do Juiz Conselheiro Presidente daquele Tribunal, Artur Joaquim de Faria Maurício, com os Juizes Conselheiros Mário José de Araújo Torres, Maria Fernanda dos Santos Palma Pereira, Paulo Cardoso Correia da Mota Pinto e Benjamim Silva Rodrigues, da 2.ª secção do mesmo Tribunal, designada para constituir a assembleia, nos termos do disposto no artigo 98.º da Lei n.º 28/82, de 15 de Novembro, na redacção da Lei n.º 13-A/98, de 26 de Fevereiro, e ainda com o secretário de justiça João Cardoso Manso, que secretariou.

Aberta a sessão, a assembleia iniciou o apuramento analisando as actas das assembleias de apuramento distrital já disponíveis, prosseguindo com o exame de outras que, entretanto, e mediante diligências do Tribunal, foram recebidas. Nesta análise deve assinalar-se, relativamente a freguesias em que se realizou nova votação, que aos números constantes da acta da assembleia distrital de apuramento de Vila Real foram acrescentados os resultados da votação ocorrida na freguesia de Pinhão, cujos votos foram directamente remetidos ao Tribunal Constitucional, e que os resultados da votação verificada na freguesia de Passos do concelho de Cabeceiras de Basto tinham sido já considerados na acta da segunda assembleia de apuramento do distrito de Braga.

Interrompidos os trabalhos cerca das 13 horas, foram os mesmos retomados pelas quinze horas do mesmo dia, procedendo a assembleia à análise das actas das assembleias de apuramento intermédio constituídas no estrangeiro. Desta análise deve, em primeiro lugar, evidenciar-se a discrepância de votos atribuídos ao candidato Mário Alberto Nobre Lopes Soares na acta de apuramento de Nantes e no edital respectivo (62, no primeiro e 52 no segundo) tendo a assembleia concluído que se registava um erro material na acta, sendo correcto o número constante do edital. Relativamente às assembleias de Goa, Belo Horizonte e Luanda, o número de votantes inscritos, omisso nas respectivas actas, foi registado de acordo com informação do STAPE, fornecida a solicitação do Tribunal. Quanto à assembleia de Londres, os números considerados foram o resultado do somatório dos elementos constantes das votações de Londres, Gibraltar, Dublin, Nairobi e St. Helier – Jersey que ali se agregaram.

Pelas dezoito horas os trabalhos foram interrompidos para prosseguir no dia de amanhã, pelas catorze horas e trinta minutos, para conclusão das operações de apuramento.

Concluídas tais operações, apuraram-se, nos termos do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de Maio, e de acordo com o mapa anexo, os seguintes resultados: eleitores inscritos – nove milhões oitenta e cinco mil trezentos e trinta e nove; votantes – cinco milhões quinhentos e noventa mil cento e trinta e dois; votos brancos – cinquenta e nove mil seiscentos e trinta e seis; votos nulos – quarenta e três mil cento e quarenta e nove; votos validamente expressos – cinco milhões quatrocentos e oitenta e sete mil trezentos e quarenta e sete; candidato António Pestana Garcia Pereira – vinte e três mil novecentos e oitenta e três, correspondendo a 0,44% dos votos validamente expressos; candidato Aníbal António Cavaco Silva – dois milhões setecentos e setenta e três mil quatrocentos e trinta e um, correspondendo a 50,54% daqueles mesmos votos; candidato Francisco Anacleto Louçã – duzentos e noventa e dois mil cento e noventa e oito, correspondendo a 5,32% daqueles mesmos votos; candidato Manuel Alegre de Melo Duarte – um milhão cento e trinta e oito mil duzentos e noventa e sete, correspondendo a 20,74% daqueles mesmos votos; candidato Jerónimo Carvalho de Sousa – quatrocentos e setenta e quatro mil e oitenta e três, correspondendo a 8,64% daqueles mesmos votos; candidato Mário Alberto Nobre Lopes Soares – setecentos e oitenta e cinco mil trezentos e cinquenta e cinco, correspondendo a 14,31% daqueles mesmos votos.

Após o que, na sala de actos do Tribunal Constitucional, pelo Presidente do mesmo tribunal e desta assembleia foram proclamados os resultados do apuramento geral e, atento o disposto no artigo 126.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa, proclamado eleito Presidente da República, para o mandato que se iniciará em nove de Março próximo, o cidadão Aníbal António Cavaco Silva.

Para constar se lavrou a presente acta que, depois de lida e achada conforme, vai ser assinada por todos os presentes.

Artur Joaquim de Faria Maurício — Mário José de Araújo Torres — Maria Fernanda dos Santos Palma Pereira — Paulo Cardoso Correia da Mota Pinto — Benjamim Silva Rodrigues — João Cardoso Manso.

O Sr. **Presidente**: — Seguidamente, o Sr. Presidente da República eleito vai prestar a declaração de

compromisso.

*De pé, o Sr. Presidente da República eleito prestou juramento sobre o original da Constituição, lendo a fórmula constitucional, do seguinte teor:*

Juro por minha honra desempenhar fielmente as funções em que fico investido e defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa.

*Após a prestação do compromisso do Sr. Presidente da República eleito, a Banda da Guarda Nacional Republicana, colocada junto aos Passos Perdidos, executou o Hino Nacional.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Presidente da República eleito vai assinar a declaração de compromisso e o auto de posse, que eu próprio firmarei.

*Neste momento, o Sr. Presidente da República eleito e o Sr. Presidente da Assembleia da República assinaram o auto de posse.*

A Sr.<sup>a</sup> Secretária vai ler o auto de posse.

*A Sr.<sup>a</sup> Secretária (Celeste Correia) procedeu à leitura do auto de posse, do seguinte teor:*

#### Auto de posse

Aos nove dias do mês de Março de dois mil e seis, perante o Plenário da Assembleia da República, para o efeito reunido na Sala das Sessões do Palácio de São Bento, tomou solenemente posse o Presidente da República Portuguesa eleito em 22 de Janeiro de 2006, Prof. Doutor Aníbal António Cavaco Silva.

Depois de lida pela Secretária da Mesa a acta da assembleia de apuramento geral da eleição do Presidente da República, o Prof. Doutor Aníbal António Cavaco Silva prestou juramento solene pela forma prescrita no n.º 3 do artigo 127.º da Constituição Portuguesa.

Para constar se lavrou o presente auto de posse, que já foi assinado por SS. Ex.<sup>as</sup> o Presidente da República eleito e o Presidente da Assembleia da República.

O Presidente da República, Aníbal António Cavaco Silva. — O Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama.

*Em seguida, o Sr. Presidente da República tomou lugar à direita e o Sr. Presidente da República cessante à esquerda do Sr. Presidente da Assembleia da República.*

*Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP, de pé.*

*Entretanto, os Deputados do PCP, do BE e de Os Verdes levantaram-se.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Presidente da República, Sr. Ex-Presidente da República, Srs. Chefes de Estado e representantes estrangeiros, Sr. Primeiro-Ministro e membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal Constitucional e dos demais Tribunais Superiores, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Excelentíssimas autoridades civis e militares, Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa, Ilustres convidadas e convidados: Mandam os preceitos constitucionais que o Presidente eleito tome posse perante a Assembleia da República, no Palácio de S. Bento, neste Hemiciclo perpassado da mais nobre tradição histórica da democracia portuguesa desde princípios do século XIX.

Faz pleno sentido, num sistema semi-presidencialista como o nosso, que o Presidente da República (que representa a República Portuguesa, garante a independência nacional, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições democráticas e é, por inerência, o Comandante Supremo das Forças Armadas) seja investido nas suas altas funções, após eleição popular, com resultados proclamados pelo Tribunal Constitucional, perante a Assembleia da República, que é a assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses, e que perante ela afirme o compromisso solene de defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa.

Nesta sessão, não gostaria de começar as minhas palavras sem um cumprimento agradecido ao Presidente cessante, Jorge Sampaio, pelo elevado sentido de inteireza cívica com que ao longo de dois mandatos exerceu o cargo presidencial, granjeando a estima do País e a consideração da comunidade internacional.

*Aplausos do PS e do PSD, de pé, e do CDS-PP.*

*Entretanto, os Deputados do PCP, do BE e de Os Verdes levantaram-se.*



Para a nova fase que agora inicia na sua vida, com o sentido do dever cumprido, formulamos, bem como à sua família, os votos das maiores e mais duradouras felicidades.

Uma referência, neste momento, para a forma serena como foi disputada a eleição presidencial em todo o País e nas comunidades portuguesas no estrangeiro e para o civismo com que decorreu. Cumprimento todos os candidatos e dirijo agora uma palavra aos não eleitos — eles também sujeitos activos da vida política — pela forma como participaram nessa exigente competição, pelo empenhamento e vigor que puseram nas suas campanhas e na transmissão das respectivas mensagens.

Para o novo Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, uma saudação muito especial.

V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, no início de um mandato, culmina já um vasto percurso de cidadania, na universidade, no Banco de Portugal, no Conselho Nacional do Plano, na liderança política de um partido — o PSD — e na acção governativa, com destaque para uma década na chefia do Governo, e na inerente assunção de responsabilidades europeias, percurso que a vontade própria e o voto maioritário dos seus concidadãos converteram no capital político essencial com que alcançou o posto de mais alto representante da República Portuguesa.

Interpreto o sentir plural da Assembleia da República ao felicitá-lo pela eleição que, com sobriedade, soube vencer e ao desejar-lhe, a bem de Portugal, os maiores êxitos no desempenho das funções em que acaba de ser formalmente investido para os próximos cinco anos.

*Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP, de pé.*

O mandato presidencial que V. Ex.<sup>a</sup> inicia ocorre num período de grande complexidade e exigência.

Complexidade e exigência quanto à situação mundial, em que se encontram em gestação novos equilíbrios geo-políticos resultantes da globalização e da intensificação do comércio internacional, da deslocalização de investimento e do aumento de fluxos migratórios, situação, de resto, muito afectada pela corrosão das estruturas e do direito internacionais, pelas desigualdades e assimetrias, pelos riscos ambientais e de saúde pública, pelo fanatismo, pela violência, pela grande criminalidade transfronteiriça, pelo terrorismo, pela proliferação nuclear — e para cuja resolução a Europa ainda não encontrou um caminho coerente de unidade e eficácia.

Complexidade e exigência quanto à situação nacional, confrontada com necessidades de ajustamento estrutural da economia e das finanças públicas, prioridades de modernização insusceptíveis de adiamento sucessivo, seja na Administração Pública, seja nos grupos empresariais, e para cuja adequada resposta é imprescindível agir num quadro de perspectivas reformistas e de respeito pelas responsabilidades sociais do Estado e pelas exigências do bem comum.

O enquadramento institucional em que nos encontramos, com um Presidente eleito para cinco anos e uma Legislatura de maioria estável, aconselha a preservação da estabilidade política, factor indispensável para pôr em prática as medidas adequadas, num clima de defesa do interesse público orientado para alcançar um melhor posicionamento nacional no desempenho europeu.

Temos a partir de hoje um Presidente sufragado com base num programa de profundo respeito pelo enquadramento constitucional, valorizador da cooperação interinstitucional, não enfeudado à ideia de converter os resultados eleitorais num qualquer projecto de índole partidária e apostado em apoiar e estimular a recuperação da confiança na sociedade portuguesa e o desenvolvimento económico.

Temos uma Assembleia da República responsável, empenhada no fortalecimento conjunto das instituições do Estado, com vários e dinâmicos partidos de oposição motivados para a fiscalização constante do Executivo, apoiado nesta Câmara por uma maioria parlamentar que não tem recusado os meios políticos e legislativos necessários à prossecução continuada e persistente da acção governativa, maioria, aliás, sufragada há um ano por escolha igualmente livre dos portugueses.

Estamos, por conseguinte, perante um ciclo político em que a grandeza dos desafios depara com instrumentos e meios adequados para materializar as soluções que se impõem.

Se é certo que cada órgão de soberania se deve pautar no respeito absoluto pelo princípio da separação de poderes, não é menos verdade que deve igualmente ter em conta a interdependência de todos eles no conjunto do sistema constitucional.

Procuraremos, assim, enquanto Parlamento, manter com o Presidente da República uma saudável e vantajosa cooperação institucional e estamos certos de que o mesmo acontecerá no sentido inverso, pois é isso o que dita o interesse da Pátria e da República, de que todos somos, ao fim de contas, depositários e servidores.

A prática e a experiência governativas passadas conferem ao novo Presidente da República um grau de proximidade com os *dossiers* e com a agenda europeia e internacional que o colocam claramente numa postura ímpar para saber valorizar o tempo e o procedimento adequados para as soluções dos problemas nacionais, prezando, por isso, o papel específico de quem legisla e de quem governa e as vantagens da cooperação com quem garante, arbitra, modera, integra e representa, ao mais alto nível, o Estado.

Liberto da responsabilidade executiva que, há 20 anos, começou por deter, e durante uma década, mas compreendendo detalhadamente as suas vicissitudes, V. Ex.<sup>a</sup> ascende agora à altíssima posição e respon-

sabilidade de Presidente da República. Melhor do que ninguém, está em posição de compreender que, a bem do futuro do País, é absolutamente imperioso para os órgãos de soberania trabalhar em convergência de esforços, pois só assim seremos capazes de obter resultados úteis e duráveis. Sedutoras agendas fundadas na popularidade fácil do momento, sempre feitas à custa do interesse geral, poderão reverter em remunerações politicamente transitórias para alguns, mas nunca fundarão — nem para os aparentes beneficiários — soluções correctas e justas para todos e, sobretudo, um legado aceitável pela História.

Ao atingir, com a sua eleição, e pela primeira vez, o patamar do puramente político e institucional, V. Ex.<sup>a</sup> inicia um mandato inteiramente diferente face a anteriores experiências pessoais, um mandato mais denso, que é sobretudo um grande e exigente desafio. Desafio que hoje, na Assembleia da República, aceita perante todas as portuguesas e todos os portugueses de modo solene, mas que, certamente, assume também com um sentido de risco próprio e de missão nacional, inerente a quem procura, no final, uma valorização positiva por parte dos seus concidadãos, a única gratificante em democracia e liberdade.

Ao definir-se como Presidente de todos os portugueses, logo na noite da eleição, quando anunciou publicamente a dissolução de um movimento de campanha, ao arrancar para um mandato presidencial de quinquénio, V. Ex.<sup>a</sup> tinha com certeza em mente as palavras de D. Pedro V, na inauguração do seu reinado, ao jurar a Carta Constitucional: «O que posso declarar, à face dos Representantes d'esta ilustre Nação é que jamais perdi de vista o que reputei o primeiro dos meus deveres: fazer amar o Sistema Representativo que nos rege; manter os direitos e as garantias dos cidadãos portugueses; apagar até os últimos vestígios das nossas passadas dissensões». Ou as do Presidente António José de Almeida, na sua posse perante o Congresso da República: «No alto cargo a que ascendo, serei imparcial e sereno, sem outra paixão que não seja a do engrandecimento da Pátria e sem outro sentimento que não seja o do amor à República».

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Ilustres convidadas e convidados: Vou concluir.

Renovo, em meu nome e no da Assembleia da República, os votos de bom êxito para o mandato presidencial que se inicia e os cumprimentos de toda a Câmara ao Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva.

Como órgão de soberania representativo de todos os cidadãos portugueses e detentor do poder legislativo soberano, a Assembleia da República, respeitando sempre a pluralidade peculiar que a caracteriza na tomada de decisão, manterá ao longo da Legislatura uma linha de cooperação institucional transparente, constante e leal com o novo Presidente da República, consciente das enormes vantagens que há para o País em que as instituições funcionem com sobriedade, correcção, operacionalidade, sentido do dever e espírito de concertação mútua. Dos benefícios dessa correcta articulação depende a resposta à expectativa do povo português e à sua compreensível ânsia de ver ultrapassados e resolvidos os nossos bloqueios nacionais, modernizada a nossa economia, reformada a nossa Administração e serviços públicos, consolidado o nosso modelo social, impulsionada a nossa participação na vida e nas instituições europeias, dinamizada a fundo a nossa cooperação à escala internacional, especialmente com os países de língua portuguesa espalhados por quatro continentes, com quem partilhamos um vasto património comum.

Ninguém compreenderia que frustrássemos tão elevados desígnios de aperfeiçoar ainda e cada vez mais a democracia reconquistada pelos portugueses a 25 de Abril e de lhe dar um renovado horizonte de esperança.

Fazer prevalecer a máxima responsabilidade de cada um e valorizar o contributo de todos é o que se exige nesta hora, sem excepções, à Assembleia, ao Governo e às oposições e ao Presidente da República.

Por isso, a todos, a mesma exortação: mãos à obra!

A bem da República.

A bem de Portugal.

*Aplausos do PS, do PSD, do PCP e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Vai usar da palavra, nos termos constitucionais, o Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, para dirigir uma mensagem à Assembleia da República e a todos os portugueses e portuguesas.

O Sr. **Presidente da República**: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Dr. Jorge Sampaio, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Ilustres Convidados: Quero, em primeiro lugar, saudar o povo português. Saúdo todos os portugueses que me honraram com a sua escolha para Presidente da República.

A todos asseguro que darei o melhor de mim mesmo para corresponder à confiança que em mim depositaram, honrando o juramento solene que acabei de pronunciar, quando assumo os poderes e as responsabilidades do cargo de Presidente da República Portuguesa.

Quero ser e serei o Presidente de todos os portugueses. Aqui afirmo o meu propósito de fortalecer os vínculos que a todos nos unem e de estar atento às preocupações e anseios de todos os meus concidadãos e também daqueles que, não tendo nascido portugueses, escolheram a nossa terra para viver e se realizarem como pessoas.

Ao Sr. Presidente da Assembleia da República, que, com tão grande dignidade e saber, dirige esta que é a Casa-mãe da democracia portuguesa, agradeço, sentidamente, as palavras de saudação que me dirigiu.

Aos Srs. Deputados, legítimos representantes da pluralidade da Nação portuguesa, manifesto o meu respeito e a minha inteira disponibilidade de leal cooperação, para que a Assembleia da República cumpra com eficácia as elevadas responsabilidades que lhe cabem na construção de um País de mais progresso, justiça e solidariedade.

Aos chefes de Estado e de governo e aos altos representantes de países amigos, que tanto honram o nosso País com a sua presença nesta cerimónia, agradeço e saúdo calorosamente.

Num momento em que as dificuldades que Portugal atravessa estão suficientemente diagnosticadas e reconhecidas, reafirmo ao Sr. Primeiro-Ministro e ao seu Governo a minha inteira disponibilidade e empenhamento numa cooperação leal e frutuosa.

Quero nesta ocasião prestar a minha sincera homenagem ao Presidente da República cessante, Dr. Jorge Sampaio, pela dignidade, patriotismo e profundo sentido de Estado com que exerceu a sua magistratura. É para mim uma honra fazer-lhe a entrega do Grande Colar da Ordem da Liberdade, numa outra cerimónia que hoje terá lugar.

*Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.*

Num tempo de sérias dificuldades, como é aquele em que vivemos, são enormes as responsabilidades que impendem sobre os titulares de cargos políticos.

No respeito pelas diferenças e pelo debate de ideias, os portugueses esperam e exigem dos políticos, que democraticamente escolheram, que deixem de lado divisões estéreis, minudências e querelas que pouco ou nada têm a ver com a resolução dos problemas nacionais. Que não percam tempo e energias em recriminações sobre o passado e pensem no futuro do País, porque é esse que agora interessa.

Os diagnósticos estão feitos. O que os portugueses esperam dos seus representantes, cada um com a sua própria responsabilidade, é acção, mais acção.

Num momento de muitas preocupações, em que há tanta coisa difícil para fazer, os portugueses gostariam certamente de perceber que a classe política está, até onde em democracia é possível, disposta a juntar esforços para ultrapassar diferenças e fazer obra em comum.

Há seguramente domínios onde podem e devem ser procurados entendimentos alargados entre Governo e oposição e mesmo com organizações da nossa sociedade civil.

É por tudo isto que me atrevo a deixar perante esta Câmara e perante os portugueses cinco grandes desafios que, nas circunstâncias em que o País se encontra, considero cruciais para abrir caminhos consistentes de progresso. Para eles, os portugueses esperam, com sentido de urgência, uma resposta da parte dos responsáveis políticos.

O primeiro desafio que quero destacar é o da criação de condições para um crescimento mais forte da economia portuguesa e, conseqüentemente, para o combate ao desemprego e para a recuperação dos atrasos face à União Europeia. Sem isso, tudo será mais difícil.

Na vida das nações, cada geração tem o dever de legar à geração seguinte uma sociedade social, cultural e economicamente mais desenvolvida. É isso que os jovens têm o direito de esperar da nossa geração.

Vivemos num mundo que é cada vez mais global, somos membros de uma União Europeia que se alargou para leste e, por isso, a produção nacional está sujeita a uma fortíssima concorrência nos mercados interno e externo. Esta é uma realidade que se nos impõe.

Para além disso, somos periferia da Europa, estamos geograficamente situados no seu extremo sudoeste. Aparentemente, olhamos para um mundo que nos é adverso. Mas, vendo bem, somos o espaço onde a Europa se abre ao Atlântico, o que pode ser uma enorme vantagem.

Acresce que, hoje, a periferia já não é ditada pela geografia. A periferia é onde mora o atraso competitivo. É este, e só este, o factor crítico.

O desenvolvimento, a melhoria das condições de vida das populações moram onde moram a inovação, a criatividade, a investigação e o desenvolvimento tecnológico, a excelência no ensino, onde as universidades interagem com as empresas, onde o Estado não é entrave à actividade dos cidadãos mas, sim, uma entidade que regula e fiscaliza o cumprimento das regras de uma concorrência saudável.

Que este caminho está ao nosso alcance demonstram-no muitas das nossas empresas, nos mais variados sectores, que têm elevada produtividade, apostam na qualidade e na inovação e são altamente competitivas nos mercados internacionais.

É este o caminho que tem de ser seguido, porque não há outro.

Não podemos também esquecer que somos um País fortemente dependente e ineficiente em matéria energética e que temos pela frente importantes desafios relacionados com os altos preços do petróleo, com a segurança dos abastecimentos, as alterações climáticas e as exigências do Protocolo de Quioto. A sustentabilidade do crescimento da nossa economia passa também por uma política energética ajustada às novas realidades.

O segundo desafio refere-se à recuperação dos atrasos em matéria de qualificação dos recursos huma-

nos.

O futuro de Portugal está indissociavelmente ligado ao que formos capazes de fazer no plano da qualidade da educação dos nossos jovens e da formação dos nossos trabalhadores. Trata-se não só de um elemento central da estratégia de desenvolvimento, mas também de um factor decisivo para a realização de uma efectiva igualdade de oportunidades, princípio fundamental de uma democracia moderna.

O combate ao insucesso e abandono escolar não pode deixar de ser uma prioridade de todos os responsáveis políticos, por forma a que uma percentagem maior dos nossos jovens complete o ensino secundário, para o que é crucial o empenho dos professores e a cooperação activa dos pais, na certeza de que a melhor herança deixada aos filhos é a educação.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

No mundo em que vivemos é preciso que a escola, mais do que ensinar, ensine a aprender. Mais ainda, é decisivo aprender a empreender. A empresa de hoje faz apelo a quem seja capaz de empreender, seja ao seu modesto colaborador seja àquele que a gere e organiza. O empreendedorismo chegou tarde às nossas escolas e agora é preciso acelerar o passo.

O terceiro desafio é o da criação de condições para o reforço da credibilidade e eficiência do sistema de justiça.

É hoje indissociável que se têm vindo a avolumar entre nós as preocupações acerca do funcionamento do sistema de justiça. Não se trata apenas de preocupações centradas na morosidade dos processos judiciais, mas também de sintomas de degradação da qualidade e prestígio das instituições.

A justiça constitui um valor superior da ordem jurídica, um fim irrenunciável do Estado e a primeira e última garantia dos direitos e liberdades das pessoas.

Constitui responsabilidade inadiável das forças políticas, ouvindo os operadores judiciais, gerar os consensos indispensáveis para se poder assegurar o funcionamento de um sistema de justiça eficaz, caracterizado pela qualidade, pela certeza e pela responsabilidade das suas decisões.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

É uma responsabilidade de todos contribuir activamente para que, em Portugal, tenhamos uma justiça que inspire a confiança dos cidadãos quanto à defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos, que reprima as violações da legalidade e não seja obstáculo ao desenvolvimento equitativo do País.

O Presidente da República dará sempre o seu apoio às mudanças que se mostrem necessárias ao fortalecimento da legitimação democrática das instituições judiciais, à garantia da sua independência, ao prestígio dos seus titulares e à eficácia da imprescindível função que a Constituição lhes atribui.

O quarto desafio diz respeito à sustentabilidade do sistema de segurança social.

Tem vindo a desenvolver-se na sociedade portuguesa, tal como noutros países da União Europeia, um crescente sentimento de ansiedade quanto à capacidade do Estado assegurar no futuro o pagamento das pensões àqueles que completam o seu ciclo de vida activa.

É uma questão muito séria, que exige dos responsáveis políticos uma atenção especial.

Urge aprofundar os estudos técnicos e promover um amplo debate nacional sobre a sustentabilidade a médio e longo prazo do financiamento do nosso sistema de segurança social. Seria desejável alcançar um consenso político alargado quanto à estratégia adequada para enfrentar a tendência para o envelhecimento da população portuguesa, a par do declínio da taxa de natalidade.

O quinto desafio que quero referir é o da credibilização do nosso sistema político, um domínio de crescente insatisfação dos cidadãos que importa não ignorar.

Numa sociedade fundada no princípio democrático, a política é uma das mais nobres actividades, porque tem a ver com a realização do bem comum e com a preservação e reforço dos interesses perenes de uma comunidade nacional. E, precisamente por isso, a democracia não se esgota em eleições e alternância no poder. Ela é, acima de tudo, um código moral e é daí que advém a sua supremacia em face dos demais regimes políticos.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Os agentes políticos têm de ser exemplo de cultura de honestidade, de transparência, de responsabilidade, de rigor na utilização dos recursos do Estado, de ética de serviço público, de respeito pela dignidade das pessoas, de cumprimento de promessas feitas.

Um Estado ao serviço de todos, como se exige em democracia, deve ser servido pelos melhores e, por isso, a escolha dos altos responsáveis não eleitos não pode senão nortear-se exclusivamente por critérios de mérito, onde as considerações político-partidárias não podem contar.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Um regime que se funda neste conjunto de valores é um regime que tem de ser firme no combate à corrupção, porque, justamente, ela corrói a democracia, porque lhe subverte os valores matriciais, cava injustiças num regime que tem a justiça como princípio essencial e porque prejudica o desenvolvimento.

Exige-se, por isso, em nome da democracia, uma luta permanente e sem tréguas a este seu inimigo: a corrupção.

*Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.*

Exige-se firmeza nas leis, que urge ajustar para melhor combater as formas mais correntes de corrupção, e exige-se firmeza na investigação e na punição.

Um dos princípios fundamentais da acção política é o respeito pela dignidade da pessoa humana, de que resulta como corolário que o desenvolvimento é económico para poder ser social. Daí que a busca da coesão social, do desenvolvimento justo que a todos aproveite, não possa deixar de constituir uma prioridade para todos os responsáveis políticos.

Devem preocupar-nos, em particular, aqueles que, em virtude da sua especial vulnerabilidade, se encontram mais expostos à adversidade e ao infortúnio.

Refiro-me, especificamente, aos idosos, aos cidadãos portadores de deficiência, aos desempregados e às vítimas de violência, destacando, de entre todas elas, as mais desprotegidas: as crianças.

*Aplausos do PSD, do CDS-PP e de Deputados do PS.*

A melhoria da justiça social, o combate à exclusão, o apoio aos mais desfavorecidos da nossa sociedade é uma razão superior para fazer com que o País volte a abraçar a batalha da criação de riqueza.

O desenvolvimento, para ser justo, tem também de ser sustentável, tendo em devida conta a herança que nos compete transmitir às gerações futuras.

As políticas de defesa da qualidade ambiental e de correcção do desordenamento na ocupação do território, quando prosseguidas com bom senso, devem ser encaradas não como limites ao desenvolvimento mas como elementos de inovação e modernização que tornam o País mais competitivo.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Se é verdade que a Pátria não é só a língua portuguesa, não é menos certo que ela constitui o maior símbolo de identidade colectiva de um povo que se caracteriza também pela sua vocação humanista e universalista.

Saúdo, assim, de uma forma particularmente calorosa, os países africanos de expressão oficial portuguesa, o Brasil e Timor. A todos nos ligam fortíssimos laços que a história teceu, com todos mantemos relações privilegiadas, falamos um idioma comum, formamos a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Podemos de alguma maneira dizer que constituímos uma comunidade de destino.

Não me pouparei a esforços para valorizar esta comunidade que somos, convicto de que, em conjunto, seremos capazes de construir algo que é muito maior que a soma das suas partes.

«Nesga de terra debruada de mar», assim qualificou Miguel Torga o nosso Portugal. É tempo de prestar ao mar uma nova atenção. A vasta área marítima sob jurisdição nacional, que nos posiciona como uma grande Nação oceânica, ponte natural entre a Europa, a África e a América, encerra potencialidades económicas e um valor estratégico que não podemos ignorar. O mar, para além do seu significado histórico, constitui, para Portugal, uma enorme oportunidade.

Portugueses: é uma ilusão pensar que basta a acção do Governo, da Assembleia da República e do Presidente da República, por mais empenhada e certa que ela seja, para que Portugal ultrapasse as actuais dificuldades e vença os desafios que tem à sua frente.

Como tenho dito repetidamente, neste momento que não é fácil, Portugal precisa de todos. Todos somos responsáveis pelo nosso futuro colectivo. A situação do País é demasiado complexa para que alguém pense que isto não é consigo, é só com os outros.

É errado pensar que o Estado resolve tudo ou quase tudo. O Estado não é o legatário de todos os problemas que nos afligem. Como Presidente da República, empenhar-me-ei para que na sociedade portuguesa, ao lado dos direitos, se afirme uma cultura cívica de responsabilidade, em que cada um compreenda que é seu dever contribuir para o progresso do País, melhorando por essa forma a sua própria situação pessoal.

*Aplausos do PSD, do CDS-PP e de Deputados do PS.*

Ajudem Portugal a vencer as dificuldades, é o apelo que nesta ocasião dirijo a todos.

Portugal precisa de todos os portugueses numa atitude de dedicação ao trabalho, de rigor e persistência, num esforço redobrado para fazer bem e com qualidade o que lhes compete fazer, numa nova atitude de iniciativa criadora e de um optimismo fundado na certeza de que os nossos problemas não são maiores

do que a nossa vontade colectiva de os vencer.

Dos trabalhadores e dos seus sindicatos exige-se uma atitude realista, que possibilite a defesa do emprego e do poder de compra dos salários, no quadro internacionalmente exigente em que se insere a nossa economia.

Precisamos de aumentar a produtividade e ser mais competitivos. Mas não se pense que a produtividade é baixa porque os trabalhadores portugueses trabalham pouco. Pelo contrário! O que acontece é que o trabalho é pouco eficiente e, na grande maioria dos casos, não é por culpa dos trabalhadores.

Se os desafios do presente fazem apelo aos trabalhadores, eles exigem muito dos nossos empresários e gestores. À classe empresarial cabe ser o agente motor da mudança nas empresas, fomentando a modernização tecnológica, a inovação nos produtos e nos processos, promovendo a qualificação dos recursos humanos, incentivando a criatividade e premiando o mérito.

Cabe aos empresários e gestores apostar na especialização em produtos de maior valor acrescentado, na melhoria da qualidade da gestão, na conquista de novos mercados e saber aproveitar as oportunidades que a globalização encerra. É assim que se produz o sucesso empresarial.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Tentar preservar a competitividade à custa de salários baixos é uma estratégia sem futuro.

Às universidades e politécnicos exige-se também que compreendam o mundo novo em que vivemos. Exige-se que apostem na excelência a todos os níveis, que se integrem nas redes internacionais, que vão ao encontro das empresas e com elas interajam, por forma a que o conhecimento científico e tecnológico se traduza em reforço da capacidade competitiva do País.

O momento é exigente para os servidores do Estado. A eles se pede que se empenhem em servir melhor os cidadãos e as empresas e que, com o sentido de responsabilidade que os caracteriza, procurem ser agentes dinamizadores da mudança e não travão da vida económica e social do País.

Estou convencido de que são os primeiros a reconhecer a necessidade de avançar na reforma da Administração Pública, de modo a melhorar a qualidade dos serviços prestados, reduzir a burocracia, aumentar a transparência e reduzir gradualmente o peso da despesa pública.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Às famílias e aos professores relembro a responsabilidade que lhes cabe na formação da juventude. Aos pais e à escola exige-se um empenho permanente para que os nossos jovens concluam pelo menos o ensino secundário, por forma a que possam singrar na sociedade do conhecimento e no mundo globalizado.

Às autarquias locais que, ao longo das três décadas de democracia que o 25 de Abril tomou possível, têm dado um contributo inestimável para a melhoria das condições de vida das populações, cabe-lhes agora a responsabilidade de ajustarem a sua acção à difícil situação financeira em que se encontra o sector público português e às novas condições de desenvolvimento que o País enfrenta. A preocupação pela competitividade das empresas e a sua capacidade para criar empregos tem também de ser assumida pelo poder local.

Aos portugueses espalhados pelo mundo, a quem expresso o meu apreço e solidariedade, peço que, na medida em que lhes for possível, lancem um novo olhar sobre as oportunidades de investimento e criação de riqueza no País que é de todos nós.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Não é possível pensar a política externa independentemente da realidade interna do País.

A defesa dos interesses de Portugal na cena internacional será tanto mais fácil quanto mais confiantes nos sentirmos nas nossas capacidades. Um País estável e mobilizado, um País que cresce e progride, um País que cria e inova, um País que é capaz de abraçar as oportunidades que se lhe oferecem, será certamente um actor muito mais credível e respeitado na cena internacional.

Acredito num Portugal forte e digno da sua história. Um país que traga a esse projecto extraordinário que é a União Europeia uma contribuição própria e uma participação activa. A União Europeia alargou-se e outros alargamentos se preparam. E tal acontece porque a União Europeia é um projecto de sucesso.

Neste período de reflexão sobre o futuro da Europa, é bom que não nos esqueçamos disso.

Mas não nos iludamos: há o risco de que os cidadãos se não revejam nesta União Europeia que vamos construindo, seja porque se sentem demasiado longe dos seus processos de decisão, seja porque nela não encontram resposta para os problemas que os preocupam.

Acredito firmemente no projecto de integração europeia. A União Europeia constitui um quadro fundamental para a afirmação dos nossos interesses. Mas é preciso que os nossos parceiros nos vejam como um actor empenhado e participativo, capaz de constituir uma mais-valia.

No segundo semestre do próximo ano, Portugal assumirá, pela terceira vez, a Presidência do Conselho da União Europeia. Teremos, assim, uma oportunidade única para, repetindo o sucesso que foram as presidências anteriores, reforçarmos a imagem de seriedade e credibilidade que temos sabido consolidar.

A construção de uma relação transatlântica saudável é fundamental para Portugal e para a União Europeia. Enquanto Estados democráticos abertos ao confronto de ideias estamos todos, de cada um dos lados do Atlântico, particularmente bem posicionados para compreender a naturalidade da divergência de opiniões e até a riqueza que pode advir dessa divergência. Mas, enquanto Estados responsáveis, tudo devemos fazer para evitar que aquilo que nos une e que é o essencial se veja sacrificado no altar daquilo que circunstancialmente nos divide.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Esta é uma preocupação estratégica de Portugal a que nos conduzem as nossas circunstâncias geográficas, o nosso legado histórico, a presença de grandes comunidades portuguesas na outra margem do Atlântico e, não o esqueçamos, uma comunhão de princípios e de valores.

Durante a campanha eleitoral assumi um conjunto de compromissos políticos que faço questão de reafirmar nesta cerimónia solene.

Os portugueses sabem que sempre considerei a estabilidade o pressuposto essencial do bom funcionamento das instituições e da realização das mudanças necessárias ao desenvolvimento do País.

No entanto, entendo que a estabilidade política não é um valor em si mesmo. A estabilidade é uma condição, não um resultado. E para que a estabilidade não se confunda com imobilismo, é necessário imprimirlhe um sentido dinâmico e reformista.

De acordo com a leitura que faço dos poderes presidenciais inscritos na Constituição, considero que o Presidente da República deve acompanhar com exigência a acção governativa e deve empenhar-se decisivamente na promoção de uma estabilidade dinâmica no sistema político democrático.

Julgo, por outro lado, que os desafios que Portugal enfrenta neste momento histórico exigem uma magistratura presidencial que favoreça consensos alargados em torno dos grandes objectivos nacionais.

É em torno do muito que nos une que o Presidente da República pode exercer uma acção relevante no seu relacionamento com os demais órgãos de soberania, especialmente com o Governo.

Julgo que o País necessita de mais do que a mera cooperação institucional, que os portugueses têm uma ambição maior em relação àquele que, nos termos da Constituição, representa a República e é o primeiro garante do regular funcionamento das instituições democráticas.

Perante os grandes desafios que se colocam a Portugal, entendo que do Presidente da República não se pode esperar uma simples promessa de lealdade institucional em relação aos demais poderes do Estado. O Presidente da República deve empenhar-se numa autêntica cooperação estratégica, em torno dos grandes objectivos nacionais, com os restantes órgãos de soberania e, em particular, com o Governo legítimo de Portugal.

Os portugueses sabem que, a par da estabilidade política, sempre valorizei o diálogo entre os diversos agentes políticos, económicos e sociais. Considero, aliás, que existe uma interdependência essencial entre estabilidade e diálogo. Por um lado, só a estabilidade permite um diálogo autêntico e frutuoso. Por outro lado, o diálogo é um dos elementos essenciais da estabilidade política e da paz social.

É esse o sentido da cooperação estratégica do Presidente da República com os outros órgãos de soberania. Trata-se, em palavras simples, de fazer obra em comum, de todos fazermos obra em comum. Ouvindo os portugueses, escutando o País, o Presidente da República pode ser um interlocutor privilegiado dos anseios e legítimas preocupações da sociedade civil sem se assumir como porta-voz de interesses corporativos e sem interferir na esfera própria de competências de cada órgão de soberania.

Além do respeito pela separação de poderes, assumo igualmente um compromisso político de isenção. No exercício das funções em que fui investido, tratarei por igual todas as forças políticas e sociais representativas da nossa sociedade. Serei o Presidente de Portugal inteiro.

*Aplausos do PSD, do CDS-PP e de Deputados do PS.*

No exercício das funções de Comandante Supremo das Forças Armadas, que a Constituição atribui ao Presidente da República, considero da maior relevância o reforço da coesão e do prestígio da instituição militar, objectivo que, em permanência, deve merecer a atenção prioritária de todos os responsáveis políticos.

Importa que a população portuguesa saiba que as nossas Forças Armadas têm demonstrado um profissionalismo exemplar nas missões externas em que têm estado envolvidas, prestigiando o País e contribuindo para o reforço da sua posição no plano internacional. Acompanharei de perto, em articulação com os demais órgãos de soberania, o processo de reestruturação e modernização das Forças Armadas e estimularei o trabalho conjunto dos ramos, por forma a reforçar a operacionalidade das forças e a promover uma adequada racionalização dos meios.

Saúdo as autonomias regionais dos Açores e da Madeira, realizações frutuosas da nossa democracia, como o testemunha o progresso económico e social registado nessas regiões nas duas últimas décadas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Como garante da unidade do Estado e como defensor da coesão nacional, procurarei contribuir para um clima de bom relacionamento e diálogo leal e construtivo entre os órgãos de governo regionais e da República e para que as especificidades das regiões sejam devidamente tidas em conta, no quadro da solidariedade entre as diferentes partes do todo nacional.

Faz hoje precisamente 506 anos que partiu a frota de Pedro Álvares Cabral para a sua viagem imortal de aventura e descoberta. O embarque tinha ocorrido com grande pompa no dia 8 de Março, data fixada para a partida. Todas as condições pareciam reunidas, mas faltou qualquer coisa. O vento mudou, e a frota de Cabral teve de aguardar no estuário do Tejo pelo dia seguinte, 9 de Março de 1500. Foi só então que zarparam todas as naus e caravelas, com as brisas propícias por fim enfunando as suas velas. E dali a 44 dias arribaram a uma angra do outro lado do oceano. Porto Seguro, assim a baptizou o Capitão-Mor. Foi aí que desembarcaram em segurança no Novo Mundo.

Quando hoje, tantos séculos volvidos, invocamos a memória colectiva, não pretendemos tão-somente celebrar o nosso passado. Pelo contrário! Uma Pátria viva oferece-nos inúmeros episódios exemplares que, sobretudo, servem de inspiração para o presente e nos dão esperança quanto ao futuro.

Desejo que a minha eleição para Presidente da República fique associada a bom tempo para a vida do País, que brisas favoráveis o conduzam no rumo certo, que os portugueses reavivem a esperança e ganhem o ânimo e a crença que permitam conduzir a nau colectiva para além da distância, da incerteza e do desconhecido, até porto seguro.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Não tenho dúvidas de que os tempos são difíceis. Mas temos à nossa frente um enorme espaço para o optimismo, que é o espaço da vontade, da coragem e do querer.

Tenho orgulho no meu País e na sua história. Por tudo passámos, como povo. Momentos altos, e até de glória, e momentos de dificuldade e mesmo de angústia. Mas estamos aqui. Quando fez falta — e tantas vezes fez falta — mobilizámos o melhor de nós próprios e conseguimos. Estou certo de que vamos conseguir mais uma vez.

Hoje, como ontem, vamos provar que somos capazes de vencer a tirania da resignação e o espartilho do pessimismo. Pela minha parte, estou profundamente convicto de que a nossa determinação é maior do que qualquer melancolia, de que a nossa esperança é mais forte do que qualquer resignação, de que a nossa ambição supera qualquer desânimo. Sei que os portugueses, tal como eu, não se resignarão a um destino menor.

Na história dos povos nunca é demasiado tarde para realizar o sonho e cumprir a esperança. Nunca é tarde desde que saibamos ser fortes e unidos, desde que tenhamos orgulho no que somos e desde que saibamos o que queremos ser.

O que os momentos altos da nossa história nos ensinam é que somos um povo marcado pela insatisfação. Que nos marca a ambição de fazer mais e melhor. Marca-nos a ideia de que somos agentes da história, senhores do nosso destino. Somos um povo capaz de superar as dificuldades nas horas de prova.

Os portugueses podem contar comigo. É para servir os portugueses e servir Portugal que estou aqui.

*Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP, de pé.*

*Entretanto, o PCP, o BE e Os Verdes levantaram-se.*

O Sr. **Presidente**: — Está encerrada a sessão.

*Neste momento, a Banda da Guarda Nacional Republicana executou de novo o Hino Nacional.*

*Eram 11 horas e 10 minutos.*

*Srs. Deputados que faltaram à sessão:*

Partido Socialista (PS):

Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque  
Paula Cristina Nobre de Deus  
Umberto Pereira Pacheco

Partido Social Democrata (PSD):

Pedro Miguel de Azevedo Duarte

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL